



IMPrensa E (IN)VISIBILIDADE SOCIAL NO ATENDIMENTO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Sandra Raquew dos Santos AZEVÊDO.
Docente PPGCS /CH - UAAM – UFCG
Email: sandraraquew@yahoo.com.br

Este artigo integra parte dos resultados de uma ampla pesquisa¹ que teve por foco investigar as práticas de agendamento midiático sobre o tema da violência contra mulheres. Além de casos de homicídios, analisamos ainda o agendamento da imprensa paraibana no tocante os serviços públicos de atendimento às mulheres vítimas de violência na Paraíba.

Recentemente acompanhamos no Brasil, por meio da agenda midiática nacional – com repercussão internacional - o debate travado por especialistas, médicos, padres, feministas, gestores, no tocante à assistência a uma menina de nove anos, vítima de violência sexual pelo padrasto, em situação de abortamento – previsto na legislação brasileira-, que culminou com a excomunhão dos profissionais de saúde por parte da Igreja Católica.

O debate repercutiu mais uma vez nos meios de comunicação um paradoxo existente no que diz respeito ao enfrentamento aos casos de violência contra mulheres, especialmente nos casos de violência sexual e doméstica etc, relacionados à mediação da imprensa e do gênero no processo de significação dos acontecimentos.

Se por um lado percebemos o crescimento deste fenômeno através da divulgação de estatísticas, pesquisas, planos governamentais e ações não governamentais de combate-prevenção a violência contra mulheres, por outro observamos as dificuldades em superar a falta de informação que ainda paira em relação aos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência.

Esta ambigüidade presente na cobertura jornalística sobre fenômenos como a violência contra mulheres, demonstra os mecanismos pelos quais as relações assimétricas de poder entre os gêneros se refletem também no conteúdo das notícias sobre esta temática, especialmente se levarmos em consideração que em pleno século

¹ Pesquisa realizada no período de 2006 a 2009, no Programa de Pós Graduação em Sociologia(UFPB), intitulada Violência contra Mulheres na Imprensa: uma análise sociológica das práticas de Agendamento midiático.



XXI, conforme relatório da Organização Mundial da Saúde², uma em cada seis mulheres no mundo estão em situação de violência e em 60% casos a violência seja protagonizada por maridos ou companheiros. Para termos uma idéia sobre a amplitude deste fenômeno social no País, só no mês de julho de 2007, a Central de Atendimento à Mulher, criada pela Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres objetivando orientar mulheres em situação de violência, registrou 20.385 ligações³.

Apesar dos avanços alcançados com a amplitude da divulgação em torno dos episódios e o levantamento estatístico constante sobre esta realidade, o *Agendamento* desta temática pelos jornais pouco incorpora a mediação de gênero enquanto característica relevante na construção social das notícias que dizem respeito à violência contra mulheres. Esta tensão presente nas práticas do *agendamento* midiático implica, sob nosso ponto de vista, numa sutil manutenção da violência simbólica que perpassa as negociações e construção de sentidos sobre os sujeitos em relação as suas identidades (gênero, raça, etnia, geração, etc) e suas trajetórias na luta por cidadania.

Analisar os *media* objetivando melhor compreender como estes se relacionam com os gêneros, situa-se, conforme McQuail (2003), dentro de um projeto cultural feminista (*Women Studies*), que a partir de uma abordagem culturalista, vem refletindo aspectos como sub-representação das mulheres nos *media*, o papel dos gêneros no posicionamento dos “espectadores” em relação às imagens, a construção ativa dos sentidos e das identidades pelos “leitores” dos textos midiáticos, etc.

Estudos realizados no Brasil (Oliveira et al, 2004; Oliveira e Castillo-Martin, 2005; Schraiber et al, 2005) que discutem a amplitude do fenômeno da violência contra mulheres na sociedade brasileira no final do século XX e atualmente, no século XXI, têm demonstrado particularmente a violência sexual e doméstica atinge mulheres de diferentes classes sociais, gerações e etnias e afirmado por sua vez que a superação do mesmo passa necessariamente pelo desenvolvimento de uma rede de serviços que possibilite às mulheres superarem a situação de violência em que vivem. Neste contexto a desinformação da sociedade, e das mulheres em particular, sobre os serviços de atendimento às mulheres em situação de violência é um problema a ser enfrentado.

² Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, 2007.

³ Ibidem.



O acesso às informações, por parte das mulheres, sobre seus direitos em relação aos serviços de atendimento quando passam por situações de violência, pode ser compreendido do ponto de vista do reconhecimento da desigualdade no tocante à distribuição dos bens simbólicos, conforme advoga Fraser apud Festa (2008, p.300).

O direcionamento dado a questão da violência contra mulheres enquanto uma questão de saúde pública decorre de uma dinâmica social na qual estão inseridas práticas de organização social advinda dos grupos feministas e de mulheres, nas quais a identidade de grupo ultrapassa os interesses de classe como principal mecanismo de mobilização política, objetivando, no contexto da superação da violência sexual e doméstica, a efetivação das políticas de assistências às mulheres.

Neste aspecto, o campo comunicacional configura-se cada vez mais como um espaço de luta política em que garantir equitativamente à informação como um bem simbólico. E deve levar em consideração o fato de que as assimetrias se mostram arraigadas, segundo analista Festa (2008, p.301), aos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação.

A inclusão da temática violência contra mulheres na agenda pública, através da mediação da imprensa, trouxe avanços e impactos significativos na cobertura deste fenômeno, a exemplo da ruptura com o medo de denunciar agressores (as).

Ao analisarmos nesse artigo as práticas de agendamento midiático (McCOMBS, 2004; TRAQUINA, 1999) quando a pauta diz respeito à divulgação dos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência sexual, a exemplo do Programa de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Sexual (PAMVVS), existente no município de João Pessoa desde 1998, percebemos os desafios para situar este tópico na *agenda midiática* como uma questão de reconhecimento público e interesse social.

A luta social pela implantação do PAMVVS e seu impacto na imprensa local

O Programa de Atenção às Mulheres Vítimas de Violência Sexual em João Pessoa foi implantado em outubro de 1998, resultante de um processo de pressão social exercida por organizações feministas locais, de forma mais direta as organizações *Cunhã-Coletivo Feminista* e *Centro da Mulher 8 de Março*, junto ao poder público local desde meados dos anos 90, objetivando a efetivação do mesmo na Maternidade Cândida Vargas.



Este processo que envolveu instituições da sociedade civil e do Estado ocorreu não apenas do ponto de vista das estratégias entre estes agentes objetivando a inclusão de uma política de atendimento às mulheres vítimas de violência sexual na agenda pública, mas, sobretudo, na esfera simbólica no qual os sentidos e a legitimidade do Programa foram disputados. E é sob esta perspectiva que analisamos o *Agendamento* midiático deste Programa.

A implantação do PAMVVS estava prevista inicialmente para incorporar a rede de serviços existentes na Maternidade Cândida Vargas, principal centro de referência à saúde da mulher no Município de João Pessoa, entretanto um furo de reportagem ocorrido em maio de 1995 provocou um fato político que não só adiou por três anos a implantação do serviço no Município como não permitiu que o mesmo se estabelecesse na Maternidade Cândida Vargas⁴, deslocando-o para a Maternidade Frei Damião, situada num dos bairros periféricos da cidade.

Sob perspectiva dos avanços no processo democrático estas negociações permitiram inicialmente a inclusão do atendimento às mulheres vítimas de violência sexual na agenda pública, mas também deixaram explícito os conflitos e as fragilidades do próprio sistema de saúde em incorporar esta demanda social. Esta disputa pela efetivação deste serviço no município de João Pessoa, o primeiro na Paraíba, perpassou, sobretudo os processos de significação tecidos através da mediação dos jornais.

Apesar de ter sido implantado em 1998, as notícias sobre o Programa vão aparecer anos depois, conforme constatamos num levantamento de matérias jornalísticas num período que vai de 1999-2008. A organização do *corpus* deste trabalho investigativo buscou identificar no fluxo de informações sobre a temática da violência contra mulheres a inclusão de informações sobre o PAMVVS propriamente dito, quer seja como foco principal de matérias jornalísticas ou situadas como coordenadas presentes em textos jornalísticos sobre esta temática

Identificamos nesta catalogação, 18 notícias sobre o Programa, veiculadas em jornais impressos locais. E somamos a estas mais 7 notícias que se referem ao período de negociação que antecedeu a implantação do serviço, em maio de 1995, veiculadas no

⁴ A Maternidade Cândida Vargas, só em janeiro de 2006 veio dispor deste atendimento, através da criação do Centro de Referência para Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Sexual e Doméstica..



contexto do “furo de reportagem” da *Revista Bastidores*⁵, que repercutiu nos jornais impressos locais, o que resultou num *corpus* composto por 25 notícias

Incorporamos estas notícias que antecedem a implementação do serviço porque encontramos nelas importantes elementos de análise deste episódio que fez parte da trajetória dos grupos feministas locais na luta pelo Programa de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Sexual no Estado.

Ao realizarmos o levantamento quantitativo das notícias sobre o PAMVVS no decorrer de oito anos nos deparamos concretamente com a pouca inserção do serviço no fluxo de divulgação sobre a problemática da violência contra mulheres. Isto nos faz pensar como o enfrentamento à violência de gênero ainda precisa avançar no que diz respeito a aspectos da inserção nos processos midiáticos, culturais e de saúde pública.

As notícias catalogadas expressam uma dinâmica em que o *Agendamento* pelos jornais locais sobre as ocorrências que envolvem a violência contra mulheres, principalmente a sexual e doméstica, aparecem desarticuladas com a divulgação dos serviços de atendimento existentes, particularmente no que diz respeito ao serviço de referência que é o PAMVVS. E de como este aspecto na construção social destas pautas é negligenciado tanto pela agenda pública quanto pela agenda política do movimento de mulheres.

Embora estas temáticas estejam intrinsecamente relacionadas, a construção social desta pauta, ainda está restrita a sistemática divulgação com ênfase nas estatísticas e nas ocorrências de violência sexual, doméstica, homicídios e tentativas de homicídios.

A cobertura centrada nas estatísticas da violência contra mulheres ainda é uma realidade, segundo discute Melo (2007, p.137), como uma necessidade das redações. Este aspecto revela os impasses na cobertura deste tema porque possibilita assegurar o não isolamento dos casos e a visibilidade em torno dos dados – geralmente advindas de fontes tidas como legítimas socialmente -, mas por outro viés não possibilita muitas vezes ao *Agendamento* transcender a superficialidade das estatísticas e garantir novos ângulos na abordagem deste fenômeno.

⁵ A revista *Bastidores* era um periódico de circulação mensal, publicado no Estado, cujo projeto foi idealizado pelo empresário Ricardo Paulo e coordenado editorialmente pelo jornalista Nonato Guedes. A primeira edição circulou em março de 1995 e a última em dezembro do mesmo ano.



A presença restrita de informações nos jornais impressos locais sobre o PAMVVS, conforme expressam os dados quantitativos, nos sinaliza para a realidade de que as formas de acolhimento e atendimento às mulheres em situação de violência sexual, não adquiriram ainda, no contexto da Paraíba, a visibilidade necessária no espaço público, especialmente no que se refere à agenda social do Estado e das mídias.

O que não deixa de ser um reflexo de como de como esta pauta, mesmo diante crescimento das estatísticas em torno dos casos de estupro e atentado violento ao pudor, precisa ser melhor e mais amplamente discutida socialmente com e através dos jornais.

Em relação ainda aos dados quantitativos sobre o Programa é relevante destacarmos também que os anos de maior fluxo de notícias são respectivamente 1995 e 2004. As notícias veiculadas em 1995 estão relacionadas às negociações para implantação deste serviço. Já as informações veiculadas em 2004 relacionam-se ao contexto em que o serviço já integra o serviço de saúde, no contexto em que gestores públicos e organizações da sociedade civil discutem a formação de uma rede de atendimento às mulheres em situação de violência.

Este aspecto da construção social do *Agendamento* deste serviço nos faz levar em conta as representações sociais que são construídas sobre o PAMVVS antes e após a sua instituição. E de que modo estes sentidos sociais sobre o Programa se relacionam com sua (in) visibilidade pública anos após a sua implementação no serviço público de saúde.

Diferentemente do reconhecimento público existente em torno das DEAMS (Delegacias de Atendimento às Mulheres), os dados quantitativos a respeito do PAMVVS expressam uma situação limítrofe que envolve assistência à saúde às mulheres em situação de violência sexual, que é a invisibilidade social deste serviço.

A divulgação do PAMVVS é um desafio a ser enfrentado pela rede de saúde, conforme discute a assistente social, Iara Leite Pereira, primeira profissional a coordenar o Programa:

(...) Outra preocupação é a divulgação do programa para que as mulheres possam recorrer ao serviço de assistência de imediato atenuando as seqüelas do estupro e diminuindo a incidência de gravidez indesejada nestes casos. Quando falamos de mulheres e não sabemos quem são, fica mais fácil julgar e se omitir, mas quando um profissional se depara com uma menina de 12 anos, marcada por uma história de vida em que a mãe é alcoólatra, órfã de pai e sofreu constantes abusos sexuais do marido da prima, na casa onde residia, fica humanamente impossível negar para ela a assistência e não buscar soluções para a situação a que foram submetidas. (...) *Quem julga as*



mulheres e o Programa, acusando-o de uma porta para facilitar o abortamento, Não tem idéia da importância desse atendimento e das condições com as quais essas mulheres nos procuram. (PEREIRA, 1999:9)

O depoimento da assistente social deixa explícito um problema central para o reconhecimento da relevância pública deste serviço de saúde, que se relaciona às tensões sociais que marcam as práticas de representação social deste atendimento ancoradas na questão do aborto, ainda que diante de casos previstos na legislação brasileira. O que vale ressaltar que a luta histórica pela garantia do direito ao aborto também passou e passa pelos processos de significação em que são redefinidos os sentidos sobre ilegalidade/legalidade:

Do ponto de vista histórico, há sempre um movimento para definir uma nova legalidade. Dependendo do contexto histórico, uma ordem social repressora pode parecer impossível de ser rompida, mas, de fato, o que vai determinar isso é o próprio movimento histórico, a organização política e a correlação de poder em torno do conflito entre a conservação e a transformação. Então neste sentido, na relação entre legalidade e liberdade, a primeira dimensão da liberdade é justamente aquela de participar da definição de uma legalidade, de participar como sujeito na construção permanente do que é legal e ilegal na sociedade. No entanto, as normas, as leis e a conformação, mesmo das instituições duram um longo tempo e, por isso, na vida cotidiana vamos incorporando as normas como se uma determinada ordem fosse realmente fixada a uma natureza própria da sociedade em que vivemos; isto é, como se não fosse social e historicamente construída. (ÁVILA, 2005, p.17)

Embora os casos de interrupção da gravidez decorrente de estupro expressem um número muito restrito nas estatísticas de atendimentos prestados pelo PAMVVS (Garcia *et alli*, 2005; Pereira, 1999,p.9), a realização do Aborto Legal situa-se enquanto principal enquadramento no *agendamento* sobre o Programa, e vincula-se a construção de atributos na imprensa em torno deste durante processo de negociação entre feministas e gestores públicos para sua implantação no ano de 1995.

As primeiras notícias veiculadas na Paraíba sobre este atendimento referiam-se a criação de um “Centro de Aborto na Capital”. A construção desta imagem nos meios de comunicação locais marcou negativamente o PAMVVS e resultou, entre outras coisas, na experiência de estigmatização (GOFFMAN, 1975) do serviço no imaginário social da população, conforme atesta o seguinte relato:

A gente tem debatido sobre a pouca assimilação do PAMVVS. Acho que a gente deve isto a algumas coisas. Primeiro, o PAMVS teve uma certa estigmatização, por ser o hospital onde se faz o aborto previsto por Lei. A estigmatização veio em cima disto, desse atendimento. Porque o PAMVS não



é só para isto, ele é para atendimento as vítimas de violência sexual. Acho que ainda não se conseguiu vencer esta estigmatização. Não se conseguiu vencer porque não houve o interesse dos órgãos públicos em dirimir esta imagem, em mostrar que o PAMVS é um serviço que oferece não só o aborto legal, mas oferece todo o tratamento a uma vítima de violência sexual. Uma vítima de violência acredita que se ela for para a Frei Damião ser atendida por um profissional, é porque ela vai fazer um aborto lá, e não é. Isso tira a essência do serviço, isto foi terrível, pesado. O movimento feminista é quem divulga com muito mais frequência o serviço. Eu só conheço um folder nesses dez anos que foi feito para divulgar o PAMVVS e acredito que foi há muito tempo que foi feito. Não há interesse dos órgãos públicos, estou colocando isto porque já coloquei para a Secretaria de Saúde, e acho que é uma questão de fórum íntimo de quem está lá, mas isto não pode ser de fórum íntimo de profissional nenhum, porque o serviço tem que estar à disposição com profissionais conscientes, responsáveis, compromissados em efetivar os serviços. As vítimas de violência sexual ficam sem ter uma referência, ficam procurando onde vão ser atendidas naquele momento bastante trágico de sua vida. Se uma pessoa diz “vamos à Maternidade Frei Damião”, ela (a vítima de violência sexual) se tiver preconceito ou algum problema não vai porque pensa “se eu engravidei vão querer fazer aborto”. Há uma necessidade urgente de se tirar esta imagem do serviço, não é que ele vai deixar de ser, muito pelo contrário, mas o serviço não é somente o aborto legal. Mas é todo o atendimento de prevenção à AIDS, DSTS, todo tipo de tratamento tem no PAMVVS. (Depoimento de Valquíria Alencar, coordenadora do Centro da Mulher 8 de Março, durante entrevista realizada em dezembro de 2008)

Conforme o depoimento acima, desinformação e estigmatização aparecem como interfaces que contribuem para manter uma percepção estereotipada sobre o Programa de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Sexual junto à sociedade e aos profissionais que atuam neste na rede de saúde. Um aspecto que, de acordo com o panorama da assistência às mulheres vítimas de violência sexual realizado pela Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos⁶, também perpassa o atendimento às mulheres em situação de violência em outras realidades do País.

No tocante ao fluxo de informações sobre o PAMVVS nos jornais é relevante destacar o fato de que a Revista Semanal *Bastidores*, tendo veiculado apenas uma matéria jornalística vai se configurar como definidor primário de informações para os demais jornais, por ter sido este “furo de reportagem” responsável por veicular, em maio de 1995, informações tidas como sigilosas sobre as negociações para implantação deste serviço na Capital. O que vai fazer com que os jornais, especialmente o *Correio da Paraíba*, reproduzam manchete semelhante à que foi expressa na capa da Revista *Bastidores*, referindo-se ao atendimento como “centro de aborto”.

⁶ Jornal da Rede de Saúde. n.16, setembro de 1999. Informativo da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos.



A *Revista Bastidores* e os jornais locais ao veicularem as notícias sobre a criação de uma “central de aborto”, no período em que se negociou a implantação do PAMVVS, utilizaram como recurso de ilustração de matérias jornalísticas imagens de silhuetas de mulheres grávidas e fotografias em primeiro plano de representantes de grupos feministas. Ao fazerem isto, os meios de comunicação, contribuíram para estabelecer uma ordem significativa dualista, não abrindo espaço para outras formas de percepção do atendimento às mulheres vítimas de violência sexual.

Esta prática significativa do uso de imagens como forma discursiva posicionou os sujeitos no interior deste debate de modo a prevalecer, no período de negociação do serviço, uma representação estereotipada sobre a questão, fazendo com que a narrativa jornalística demonstre os conflitos no interior das práticas significantes responsáveis por tecer a identidade social deste serviço.

Anos após seu surgimento é que as informações sobre o PAMVVS nos jornais vão contextualizá-lo, de forma tímida, a uma agenda social de enfrentamento à violência sexual, mas deixando ainda em evidência o preconceito existente em relação ao serviço.

No Agendamento da imprensa local sobre o Programa também se reflete pouca participação da sociedade civil nos espaços destinados à opinião pelos jornais, o que expressa por um lado a falta de reconhecimento deste tema enquanto questão de interesse coletivo. A formação de opinião sobre este serviço mostra-se como uma necessidade uma vez que possibilita considerar sua existência, conhecer e avaliar seu funcionamento enquanto política pública de saúde.

A presença de notícias sobre o PAMVVS nos jornais impressos locais nos mostra que a presença - mesmo que muito limitada - de artigos vai ser caracterizada inicialmente pela tensão entre representantes de grupos feministas e articulistas dos próprios jornais que se manifestam contrários ao serviço, antes deste ser incorporado a rede de saúde, mostrando claramente uma zona de conflito no debate público sobre o Programa.

O fluxo de notícias veiculadas pelos jornais também aponta para quase uma ausência dos gestores públicos na divulgação do Programa. As informações geradas sobre o mesmo advém majoritariamente da agenda política feminista a partir de ações específicas dos grupos locais. Este aspecto repercute, do ponto de vista do agendamento, na manutenção das mesmas fontes de informação, na pouca atualização



de informações sobre o Programa e numa ausência de discussão pública mais madura sobre a relevância do bom funcionamento deste serviço diante do crescimento dos casos de violência sexual contra mulheres em diferentes faixas etárias nesta entrada no século XXI.

Desconstruindo preconceitos. O acesso à informação como política de reconhecimento

Analisando o agendamento sobre o Programa, após sua implantação, constatamos sua frágil visibilidade, mas percebemos também a presença, ainda que tímida, de novas formas de significação, conforme podemos observar nas notícias abaixo:

Jornal- Ontem, na Maternidade Frei Damião, foi lançado o número 22 do Jornal Rede Saúde. A edição especial, em homenagem ao Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher, traz vários textos de especialistas que destacam o trabalho de alguns serviços de atenção à mulher vítima de violência em várias cidades do país. Um exemplo é o artigo assinado por Gilberta Soares intitulado de Um breve olhar sobre os Programas de Atenção à Violência Sexual: a experiência da Paraíba. (...) Para se ter uma idéia, desde que foi criado, o programa já atendeu 85 mulheres vítimas de vários tipos de agressão, principalmente sexual. A faixa etária das vítimas atendidas pelo programa é surpreendente: de 2 a 43 anos. *O percentual de interrupção de gravidez representa, até o momento, 8,6% do total de atendimentos.* “Uma mulher que vivenciar uma violência sexual deve procurar o programa. Para mudar essa situação é importante que a mulher não se cale, diz Gilberta Soares. *(Mulheres que apanham: o silêncio é cúmplice da violência, A União, 25/11/2000)*

Na sexta-feira 24, foi comemorado o Dia Internacional da Não Violência contra as Mulheres. Em João Pessoa *a data foi comemorada pelos integrantes do Programa de Assistência às Mulheres Vítimas de Violência Sexual.* O Programa foi implantado há dois anos e 84 mulheres foram atendidas na Maternidade Frei Damião. Foram atendidas mulheres entre dois e 43 anos oriundas da capital e das cidades vizinhas. (...) O Programa de Assistência às Mulheres Vítimas de Violência Sexual *é encarado como uma vitória por parte das mulheres ligadas ao movimento feminista na Paraíba.* *(Programação mobilizou entidades, Jornal Correio da Paraíba, 26/11/2000)*

E.F.S, empregada doméstica, moradora da periferia de João Pessoa, aos 22 anos já vive sobre a proteção do sigilo de seu nome e da sua imagem. Ela é mais uma mulher vítima de violência sexual praticada por homens e que agora tem que recomeçar a sua vida a partir de um trauma. Casos como o da ex-empregada doméstica *são mais comuns e segundo especialistas, a violência contra a mulher já é uma questão de saúde pública.* (...) O programa de apoio da Maternidade Frei Damião é o mais novo do país e, além de Recife, João Pessoa é a única Capital do Nordeste que possui este serviço. *Seis profissionais capacitadas prestam assistência clínica,*



psicológica, humanitária, social. A equipe multidisciplinar realiza este trabalho há dois anos e conseguiu resultados expressivos durante o período. Para a médica do programa, o ponto mais importante é que o programa conta com o apoio governamental para realizar o trabalho, tanto da Secretaria de Saúde quanto a de Justiça do Estado. Ontem, durante as comemorações do Dia Internacional de Não Violência Contra às Mulheres foi realizado um ato simbólico entre os participantes do evento. Profissionais de saúde, psicólogos, advogados e até vítimas de violência plantaram uma semente simbolizando um ideal que estava começando a ser cultivado naquele instante, ideais como justiça, sensibilidade, não violência, participação, coragem, auto-estima e respeito foram pedidos pelas pessoas que participavam. (Vítimas da violência e do preconceito: entidades lembram o Dia Internacional da Não Violência com palestras sobre o problema na Paraíba, O Norte, 25/11/2000)

As notícias acima exemplificam o surgimento de novas imagens e variações simbólicas sobre o PAMVVS construídas mais recentemente a partir de outras redes de significação que se relacionam de forma mais estreita aos discursos e práticas dos grupos de mulheres locais, em detrimento às práticas de circulação da informação do poder público à respeito do mesmo, o que facilmente se constata na ausência de informações sobre o atendimento na rede pública de saúde.

É interessante observarmos nas notícias outras formas de simbolizar o Programa e também como a questão do aborto aparece re-significada no contexto das práticas do atendimento. Dois anos após a implantação do Programa podemos observar uma discreta cobertura sobre este, mas que consegue de certo modo, incorporar a idéia do serviço como uma política pública que coloca em interface saúde e violência, no contexto do enfrentamento à violência contra mulheres.

É através da agenda política das organizações feministas, e de suas práticas de representação simbólica que a realidade do PAMVVS passa a ser veiculada. Muito embora não possamos afirmar seguramente na atualidade a imagem do Programa enquanto atendimento consolidado na rede de saúde, tendo em vista a pouca produção e circulação de informações sobre o mesmo⁷, especialmente por parte do poder público local o que se mostra sob o ponto de vista das instituições feministas como mecanismos sutis de resistência ao Programa:

⁷ Em junho de 2009, a Prefeitura Municipal de João Pessoa divulga através de seu boletim mensal uma notícia específica sobre o Centro de Referência para Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Sexual e Doméstica, do Instituto Cândida Vargas, inaugurado em 2006. No entanto, não inclui na divulgação o serviço de referência em João Pessoa, o Programa de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Sexual, PAMVVS, que funciona na Maternidade Frei Damião, implantado na Capital desde 1998.



Os órgãos públicos não divulgam os seus serviços, deveriam divulgar, ou através da imprensa, ou através de um material próprio. E a gente sabe que os órgãos estaduais têm várias formas: os sites, material em todos os serviços públicos. Falta isto, mas é uma discussão delicada, polêmica, porque oferece o serviço de aborto legal. Não estou dizendo que as mulheres não procuram, mas acho que é um número muito reduzido para a necessidade que existe, porque é muito caso de estupro que nós constatamos. Estas vítimas de estupro, o que está acontecendo com essas mulheres, com essas jovens, essas adolescentes? Nós não sabemos porque não estão sendo atendidas. Nós não sabemos, com certeza vai ficar sofrendo a sua tragédia sozinha, arriscado a ter uma DST, AIDS, engravidar e não ter nenhum atendimento específico que ela teria direito de ter, e que nós temos o serviço que oferece. Então é um paradoxo muito grande (Depoimento de Valquíria Alencar, coordenadora do Centro da Mulher 8 de Março, durante entrevista realizada em dezembro de 2008)

O primeiro desafio se relaciona a estigmatização do Serviço, que está presente no cotidiano da cultura dominante e inteiramente hipócrita e que trata as mulheres de uma maneira muito discriminatória a modo de não permitir às mulheres o direito, no que tange à saúde sexual e reprodutiva isto é muito patente. E agora, qual é o desafio enquanto agora gestora⁸? É que o serviço de saúde seja de qualidade. Uma atenção às mulheres vítimas de violência, que já têm o enfrentamento e a dificuldade de bater numa questão moral, precisa garantir a integralidade, compreendida como uma estrutura no sistema de saúde que acolha e dê atenção a cada usuário de maneira adequada. (Depoimento de Estelizabeth Bezerra, ex-assessora de Comunicação da *Cunhã*, durante entrevista realizada em 21 de abril de 2009)

Os depoimentos acima apontam claramente para necessidade maior circulação de informações sobre o Programa e ações comunicacionais nas quais se trabalhe positivamente sua imagem nos meios de comunicação e entre os profissionais de saúde.

As notícias sobre o PAMVVS, após a sua implantação, não excluem como tópico as preocupações em torno dos casos de abortamento previstos em lei como constituinte atendimento, mas deixam em evidência outras formas de construção social de sentidos sobre este tópico no agendamento, contribuindo entre outros para a ampliação desta cobertura:

Desde que foi implantado, há três anos, o Programa de Assistência à Mulher Vítima de Violência Sexual – PAMVVS atendeu 139 casos. Para a coordenação do Programa o número está bem abaixo da realidade vivida na Paraíba. O mais grave é que a ausência da denúncia só piora a situação das vítimas. “É preciso que as mulheres saibam que o atendimento, feito em até 72 horas depois do estupro, pode evitar uma gravidez indesejada e doenças sexualmente transmissíveis. Se oferecido depois desse período, a medição não fará efeito”, alertou a coordenadora Iara Leite Pereira. O órgão atende pessoas do sexo feminino, de todas as idades, que sofreram abusos, tentativas de estupros e estupros. Ao ser assistida, menina ou mulher é submetida a uma

⁸ Estelizabeth Bezerra, ex- integrante e coordenadora de comunicação da *Cunhã* participa desde 2005 da gestão municipal de João Pessoa, inicialmente à frente da Coordenadoria de Política para Mulheres e o atualmente como Secretária de Planejamento do Município de João Pessoa.



série de exames que diagnosticarão a extensão dos danos causados. “Elas também recebem um kit preventivo para doenças sexualmente transmissíveis e de contracepção, a base de substâncias como azitromicina, penicilina e benzantina, além de acompanhamento psicológico”, disse. *(60 % dos casos de violência ocorrem na esfera doméstica, Jornal Correio da Paraíba, 24/02/2002)*

Do enquadramento da “central de aborto” à representação do PAMVVS enquanto centro de referência às mulheres vítimas de violência existe um percurso no qual os sentidos sobre o Programa são reelaborados.

Mesmo que seja perceptível as limitações no que tange a uma política de visibilidade esboçada pela agenda pública local em relação ao Programa, percebemos uma abertura nos jornais locais, e por parte de alguns profissionais de saúde que atuam no PAMVVS, para a construção de uma nova imagem sobre o atendimento, onde o fluxo de informações sobre o mesmo promove uma aproximação deste serviço ao cotidiano da população. Não só problematizando a realidade da violência sexual que atinge mais fortemente mulheres, como também revelando as conquistas e desafios que o PAMVVS enfrenta, e exercendo uma função social relevante ao esclarecer à população feminina e as mulheres em situação de violência sexual sobre seu direito a um tratamento humanizado na rede de saúde.

Seria ingênuo pensar que as mudanças nos tópicos deste agendamento surgem espontaneamente. Ao contrário, o que percebemos quando melhor observamos as práticas de agendamento, seu fluxo e evolução, é que os critérios de noticiabilidade e as representações sociais sobre o Programa são instituídos numa dinâmica social complexa, em que a agenda política, pública e midiática é perpassada por interações, diálogos e conflitos. Dessa maneira os diferentes sujeitos sociais tentam reafirmar suas representações sobre os acontecimentos, influenciando inclusive na construção social da realidade.

Por fim, observamos que, em relação à visibilidade pública sobre o PAMVVS se faz necessário destacar o relevante papel que as políticas de visibilidade dos movimentos sociais, e mais especificamente da agenda pública feminista, exerceu e de certa maneira ainda exerce ao colocar em jogo outras construções discursivas operadas pela mediação do gênero em diferentes esferas de representação, incluso as práticas de agendamento midiático.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Referências

ÁVILA, Maria Betânia. “Liberdade e legalidade: uma relação dialética”. In: ÁVILA, Maria Betânia. PORTELLA, Ana Paula. FERREIRA, Verônica. (Orgs.) **Novas legalidades e democratização da vida social: família, sexualidade e aborto**. São Paulo: Garamond, 2005.

FESTA, Regina. “Notas sobre a Diversidade”. In: CANELA, Guilherme (Org.). **Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo**. São Paulo: Cortez e Agência de Notícias dos Direitos da Infância, 2008.

GARCIA, Loreley Gomes. GOMES, Rosa F.; ALMEIDA, Alexandre Paz. *Perfil da Violência Sexual na Paraíba: levantamento dos crimes entre 1998 e 2005*. In: **Revista Ártemis**. N.2. João Pessoa, 2005. www.prodema.ufpb.br/revistaartemis/numero2/index.html Acesso em 10 de Janeiro de 2009.



GOFFMAN, Erving. **Estigma**- notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Guanabara, 1975.
McCOMBS, Maxuel. *Setting the agenda*. The mass media and public opinion. Polity Press: Cambridge, 2004.

McQUAIL, Denis. **Teoria da Comunicação de Massas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MELO, Jacira. “O movimento social de mulheres e a imprensa: uma cobertura construída em parceria”. In. RAMOS, Silvia e PAIVA, Anabela. **Mídia e Violência**: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

OLIVEIRA, Suely de & CASTILLO-MARTÍN, Márcia. **Marcadas a ferro**. Violência contra a mulher. Uma visão multidisciplinar. Brasília: Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres, 2005.

OLIVEIRA, Suely de. VENTURI, Gustavo. RECAMÁN, Marisol(Orgs.) **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

PEREIRA, Iara Leite. “Rompendo o isolamento: a experiência do Programa de Assistências às Mulheres Vítimas de Violência Sexual na Paraíba. In: **Boletim Toques de Saúde**. João Pessoa, n. 01, p.9, setembro de 1999.

SCHARAIBER, Lilia Blima et al. **Violência dói e não é direito**. A violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. 2ªed. Lisboa: Veja Editora, 1999.